

PLANO DE GOVERNO · ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano de Governo para o Estado do Rio de Janeiro

Resumo executivo para candidatos

[RIOAGORA.ORG](https://rioagora.org)

O QUE É

Uma agenda estratégica, apartidária e orientada por evidências, com foco em execução e prioridades.

COMO USAR

Cada tema traz problemas, solução, eixos, medidas, benchmarks, entregas e indicadores mínimos.

REGRA DE OURO

Meta sem orçamento, responsável, indicador ou rotina de decisão é mera intenção – não política pública.

MAPA DO DOCUMENTO

O essencial para decidir e executar

O resumo foi desenhado para leitura rápida: duas páginas por tema, sem substituir o plano completo. O candidato deve sair com clareza sobre prioridades, instrumentos e primeiras entregas.

01 Central de Resultados

A ponte entre vontade política e execução

03 Saúde

Transformar infraestrutura em cuidado contínuo e previsível

05 Segurança Pública

Recuperar soberania territorial, reduzir violência e reconstruir governança

07 Cidade Metropolitana

Mobilidade, habitação e governança territorial para a metrópole real

09 Integridade e Transparência

Reconstruir confiança com dados abertos, prevenção e controle social

02 Educação

Alfabetizar, recompor aprendizagens e reconstruir o Ensino Médio

04 Meio Ambiente

Adaptação climática, transição energética e economia verde

06 Gestão do Estado e Gestão Fiscal

Reconstruir credibilidade fiscal e capacidade de entrega estatal

08 Desenvolvimento Econômico e Social

Diversificar a economia e reduzir desigualdades territoriais

10 Cultura e Patrimônio

Economia criativa Cultura como política de desenvolvimento, pertencimento e futuro

O que mais precisa constar em qualquer proposta de governo: linha de base, meta mensurável, orçamento, responsável único, dependências entre secretarias, risco fiscal, risco de captura e rotina de prestação de contas.

A ponte entre vontade política e execução

Uma estrutura ágil, diretamente subordinada ao governador. Não substitui secretarias, mas organiza prioridades, destrava gargalos e cobra resultados.

12-15

prioridades estratégicas no portfólio

180 dias

para instalar método, dados e ritos

3

núcleos portfólio, dados e resolução de problemas

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Planos anteriores falharam por excesso de prioridades e pouca rotina de execução
- Metas sem orçamento, responsável e indicador viram intenção
- Secretarias operam em silos e gargalos transversais chegam tarde ao governador

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Criar Central ligada ao governador, com equipe técnica enxuta e autoridade política
- Acompanhar prioridades com metas, orçamento, responsável e ritmo de decisão
- Transparência sobre riscos e apoio às secretarias para destravar a execução

A Central de Resultados é fundamental porque o principal problema do Rio não é a falta de diagnósticos, mas a dificuldade histórica de transformar prioridades em entregas contínuas. Desafios complexos – como alfabetização, filas na saúde, segurança territorial, mobilidade metropolitana, revisão de contratos, integridade e adaptação climática – envolvem múltiplas secretarias e exigem decisões rápidas, mas costumam travar por burocracia, falta de dados, ausência de responsável ou desconexão orçamentária.

Essa estrutura conecta diretamente as decisões do governador à execução: foca em poucas prioridades, define responsáveis, monitora indicadores, antecipa riscos, destrava obstáculos e cobra resultados publicamente. Sem substituir as secretarias, ela organiza o governo para que as entregas ocorram. Sem ela, o plano corre o risco de virar mais uma lista de intenções; com ela, ganha método, rotina e responsabilização.

A ponte entre vontade política e execução – eixos e implementação

Núcleos de atuação

1: Portfólio e planos de entrega Traduz prioridades políticas em planos mensuráveis, marcos críticos e responsáveis. 2. Dados e desempenho Integra, valida e filtra dados para decisões baseadas em evidências. 3. Resolução de problemas Analisa causas-raízes, une órgãos e estrutura soluções jurídicas/orçamentárias.

Blindagem: equipe técnica e decreto

Dever legal de cooperação, acesso a dados e seleção técnica anti-loteamento.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Reino Unido: Prime Minister's Delivery Unit (Tony Blair)
- Minas Gerais: Escritório de Prioridades Estratégicas (2011)
- São Paulo: escritórios de projetos e monitoramento

Rituais fixos

1: Reuniões técnicas quinzenais Gerentes de entrega e equipes setoriais monitoram desvios e ações corretivas. 2. Reuniões mensais com secretários Alinhamento, conflitos e destravamento de decisões intersetoriais. 3. Balanços com governador Decisões finais, patrocínio político e cobrança pública de resultados.

Transparência: painel sintético

Publicar prioridades, metas, trajetórias, riscos e entregas em linguagem clara.

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- 0–30 dias: decreto, direção, modelo de plano e prioridades validadas
- 30–90 dias: linhas de base, metas, matriz de dependências e painel de bordo
- 90–180 dias: primeira rodada de solução de gargalos e painel público

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

prioridades no portfólio · metas na trajetória · gargalos resolvidos · decisões tomadas · entregas públicas

EDUCAÇÃO

Alfabetizar, recompor aprendizagens e reconstruir o Ensino Médio

A prioridade é excelência com equidade: elevar a aprendizagem em toda a rede e acelerar a recuperação dos estudantes e territórios em maior defasagem.

60%

crianças do 2º ano alfabetizadas no RJ (2025)

3,3

Segunda pior nota no IDEB do país no Ensino Médio

R\$ 19,5 mil

maior gasto anual por estudante do país (2025)

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Baixa alfabetização gera atraso acumulado até o Ensino Médio
- Rio foi o último estado a aprovar o ICMS Educacional; agora precisa regulamentar bem
- Falta avaliação própria, currículo priorizado, suporte pedagógico e governança de contratos críticos

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Alfabetização na idade certa como prioridade nº 1 do governador
- Regime de colaboração Estado-municípios com comissões permanentes e metas
- Gestão por resultados, currículo de recomposição, Ensino Profissional e Técnico - EPT, tempo integral e transparência do gasto

Fontes principais: MEC/INEP; Anuário Brasileiro da Educação Básica.

EDUCAÇÃO

Alfabetizar, recompor aprendizagens e reconstruir o Ensino Médio – eixos e implementação

Eixo A: Alfabetização na idade certa

Estado coordena apoio técnico, material estruturado, formação, avaliação frequente e devolutivas úteis.

Eixo C: ICMS Educação

Regulamentar fórmula com foco em aprendizagem, equidade e anos iniciais.

Eixo E: Currículo e recomposição

Currículo priorizado, plano de curso, avaliações curtas e materiais para recuperar lacunas.

Eixo G: Ensino Médio, integral e EPT

Reduzir evasão/reprovação, tempo integral, EPT, letramento digital e STEAM.

Eixo B: Regime de colaboração

Comissões bipartites Estado-municípios por etapa, com pactuação de metas e suporte territorial.

Eixo D: Gestão para resultados

Metas por escola/regional, planos de ação, acompanhamento e apoio diferenciado.

Eixo F: RH estratégico

Seleção de diretores, planejamento de força de trabalho, regionais fortes e estágio probatório formativo.

Eixo H: Gasto efetivo e integridade

Governança de contratos, manutenção por desempenho e gasto vinculado ao aprendizado.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Ceará: 84% de alfabetização no 2º ano, apoio técnico, ICMS e Prêmio Escola Nota 10
- Espírito Santo e Mato Grosso: gestão por resultados e apoio diferenciado
- Pernambuco/Goiânia: seleção de diretores
- Paraná: formação entre pares

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Comissões bipartites e pacto de alfabetização
- Retomar avaliação, dados e currículo priorizado
- Auditoria e SLA nos contratos críticos; banco técnico para diretores

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

% alfabetizados 2º ano · IDEB/proficiência · evasão/reprovação EM · tempo integral/EPT · contratos com SLA

Transformar infraestrutura em cuidado contínuo e previsível

O Rio tem ativos de saúde, mas a rede funciona de forma fragmentada. A prioridade é regionalizar, dar previsibilidade ao acesso e organizar linhas de cuidado.

20.814

leitos SUS no estado (acima da média nacional)

2.569

leitos de UTI SUS (acima da média nacional)

14 de 18 hospitais

estaduais na Região Metropolitana

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Estrutura relevante não se traduz em acesso organizado e melhores desfechos
- Múltiplas filas, baixa transparência, judicialização e peregrinação do cidadão
- Má distribuição da rede de atendimento à saúde no território

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Regionalização real com redes, regulação e governança técnica
- Fila única por linhas de cuidado, transparência e faixas de tempo de espera
- Atenção Primária forte, Planificação CONASS e integração saúde-segurança-justiça

Fontes principais: IEPS; CNES/DATASUS; Demografia Médica 2024.

Transformar infraestrutura em cuidado contínuo e previsível – eixos e implementação

Eixo A: Regionalização de verdade

Mapear vazios, fluxos de retenção/atração e reorganizar serviços regionais.

Eixo B: Governança metropolitana e regional

CIRs/CIB como instâncias efetivas, planejamento regional e coordenação intersetorial.

Eixo C: Atenção Primária e linhas de cuidado

Planificação CONASS, redes de atenção, DCNT e cuidado multiprofissional.

Eixo G: Inovação em saúde

Conectar ciência, assistência, indústria e dados populacionais para desenvolvimento.

Eixo D: Acesso e filas

Fila única, transparência de tempo de espera e pactuação com Judiciário.

Eixo E: Governança e integridade

Gestão técnica, regulação de OS, prontuário eletrônico e metas de qualidade.

Eixo F: Violência e proteção

Sala Lilás, registro hospitalar, alerta de feminicídio e coleta de vestígios.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- CONASS: Planificação da Atenção à Saúde
- São Paulo e Mato Grosso do Sul: integração macrorregional e regulação
- NHS/UK: autoridade regional
- Singapura, Massachusetts e Barcelona: hubs de saúde

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Mapa de vazios e dependências regionais
- Implantar fila única/transparência do tempo de espera
- Plano de expansão da Planificação CONASS
- Governança CIR/CIB

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

tempo de espera · taxa de retenção regional · APS/linhas de cuidado · fila única · infecção/qualidade

MEIO AMBIENTE

Adaptação climática, transição energética e economia verde

No Rio, clima não é agenda abstrata: é habitação, drenagem, saneamento, risco de desastre, metano, energia e proteção dos mais vulneráveis.

2,14 mi

peessoas em favelas e comunidades urbanas

~500 mil

déficit habitacional estimado

62%

emissões estaduais ligadas a energia

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Alta exposição a chuvas extremas, alagamentos, deslizamentos e ondas de calor
- Grande população em áreas vulneráveis e baixa cooperação municipal
- Economia dependente de óleo e gás exposta a riscos de transição

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Adaptação como proteção social: habitação segura, drenagem por bacia e resposta rápida à eventos extremos
- Mitigação com foco em metano, resíduos, energia e biometano
- Fortalecer SISNAMA, ciência aplicada, restauro e instrumentos de financiamento climático

Fontes principais: SEEG/Observatório do Clima.

Adaptação climática, transição energética e economia verde – eixos e implementação

Eixo A: Adaptação e proteção social

Habitação segura, macrodrenagem, agentes comunitários e resposta rápida a eventos extremos.

Eixo B: Metano e biometano

Programa de redução de metano em energia e resíduos; hub de soluções com Petrobras, FINEP e universidades.

Eixo C: Conhecimento e transição tecnológica

Economia do conhecimento, eficiência energética e qualificação para nova economia.

Eixo D: Cidades resilientes

Saneamento, drenagem, uso do solo, energia e transporte integrados à política climática.

Eixo E: Instituições ambientais fortes

SISNAMA, fiscalização, servidores capacitados e ciência na decisão.

Eixo F: Justiça ambiental

Combater racismo ambiental e oferecer alternativas econômicas a comunidades vulneráveis.

Eixo G: Restauro ecológico

Agenda 2030 de reflorestamento, recuperação ambiental e resiliência hídrica/térmica.

Eixo H: Economia verde e financiamento

Carteira de projetos com créditos de carbono, carbono azul, VGF, Fundo Clima/FECAM e capital privado.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Projeto Iguaçu e bacias Iguaçu-Botas-Sarapuí
- Despoluição da Baía de Guanabara
- SEEG/Observatório do Clima para perfil de emissões
- Noruega/Arábia Saudita: uso estratégico de renda do petróleo
- BVRio/mercados de carbono

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Carteira de projetos por bacia e áreas críticas
- Programa estadual de metano/biometano
- Plano de economia verde, restauro e financiamento climático

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

famílias em área de risco · obras por bacia · redução de metano · área restaurada · recursos climáticos captados

Recuperar soberania territorial, reduzir violência e reconstruir governança

O desafio não é só criminalidade: é controle do território, corrupção institucional, alta letalidade, baixa resolução de homicídios e fragmentação da política pública.

R\$ 24,08 bi

despesa executada em segurança pública no RJ (2025)

15,44%

fatia do orçamento estadual destinada à segurança

3.890

mortes violentas (10,7 por dia) em 2025

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Grupos armados disputam controle territorial e corroem a autoridade do Estado
- Gasto elevado não se converte em resultados
- Alta letalidade, baixa elucidação de crimes e corrupção reduzem a legitimidade

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Governança, inteligência e metas para reduzir poder armado e econômico do crime
- Foco territorial nos roubos/furtos, investigação e controle de armas/munições
- Integridade, corregedoria independente e prevenção focalizada em municípios, integração com força tarefa federal

Fontes principais: Balanço do Governo RJ 2024; ISP; FBSP/Igarapé.

Recuperar soberania territorial, reduzir violência e reconstruir governança – eixos e implementação

Eixo A: Soberania territorial

Enfraquecer facções e milícias com inteligência, investigação financeira e coordenação entre agências e coordenação com força tarefa federal.

Eixo B: Redução da letalidade

Monitoramento, câmeras, revisão de incentivos e protocolos de proteção da vida.

Eixo C: Armas e munições

Rastreabilidade, inteligência e controle do poder bélico das organizações criminosas.

Eixo D: Resolver homicídios

Melhorar investigação, perícia, gestão de inquéritos e responsabilização.

Eixo E: Roubos e furtos

Policamento orientado por dados nos hot spots e prevenção municipal.

Eixo F: Integridade e corrupção

Corregedoria independente, transparência, combate a redes de captura e coordenação com força tarefa federal.

Eixo G: Governança e coordenação

Conselho Superior de Segurança Pública, secretaria estratégica e sistema de metas.

Eixo H: Prevenção focalizada

Segurança como mosaico: juventude, educação, território, iluminação, urbanismo e pactos locais.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Pernambuco (Pacto pela Vida), Minas Gerais (Fica Vivo), Piauí (Meu Celular de Volta), Paraíba (investigação) e Espírito Santo (integração, dados)
- IOPC (Inglaterra/País de Gales) e CCRB (NYC) para controle externo

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Criar governança de metas e rotina de acompanhamento
- Plano focalizado para áreas críticas; integração dados-polícia-municípios
- Desenho da corregedoria independente
- Plano de redução de letalidade

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

MVI/homicídios · letalidade policial · resolução de homicídios · roubos por CISP · apreensão/rastreio de armas

Reconstruir credibilidade fiscal e capacidade de entrega

A crise fiscal do Rio é também uma crise de planejamento, dados, governança e qualidade do gasto. Sem gestão fiscal, nenhuma agenda social é sustentável.

217%

DCL/RCL no 3º quadrimestre de 2025

200%

Limite DCL/RCL pela Lei de Responsabilidade Fiscal janela para arrumar governança, dados e contratos

0-12 meses

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Endividamento elevado, despesas rígidas e dependência de renegociações
- Renúncias, contratos e gastos pouco avaliados por custo-benefício
- PPA, LDO e orçamento nem sempre orientam a execução real do governo

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Governança fiscal transparente, metas com fiscalização e revisão de despesas invisíveis
- Infraestrutura de dados para governar, avaliar e corrigir rota
- Usar royalties e fundos com visão de longo prazo

Fontes principais: Tesouro Nacional/STN; balanços estaduais.

Reconstruir credibilidade fiscal e capacidade de entrega – eixos e implementação

Eixo A: Gestão Estratégica de

Pessoas Dimensionamento da força de trabalho, novos concursos, simplificação de carreiras e redesenho de salários.

Eixo B: Planejamento que funciona

Alinhar PPA, LDO e LOA; ligar prioridades a orçamento e execução.

Eixo C: Dados para governar

Unidade de dados, avaliação contínua e informação interoperável.

Eixo G: Governança fiscal

Credibilidade com transparência ativa, metas, relatórios e regras de correção.

Eixo D: Renúncias e contratos

Revisar despesa invisível, isenções fiscais, contratos grandes e qualidade do gasto.

Eixo E: Dívida e Regime de Recuperação Fiscal

Sair do ciclo de renegociação com solução estruturante e previsível.

Eixo F: Despesas rígidas

Previdência, pessoal, folha, supersalários e sustentabilidade de longo prazo.

Eixo H: Federalismo e coordenação

Novo pacto Estado-municípios e governança para políticas transversais.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Chile/DIPRES: orçamento, avaliação e disciplina fiscal
- Espírito Santo: responsabilidade fiscal, gestão por resultados e mobilização social
- Modelos de VGF/blended finance para infraestrutura social e ambiental

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Publicar mapa fiscal de prioridades, riscos e contratos
- Revisar renúncias, contratos e despesas rígidas com critérios técnicos
- Desenhar mecanismo de VGF/royalties para projetos estruturantes
- Dimensionar a força de trabalho e realizar concursos públicos necessários

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

DCL/RCL · resultado primário · investimento público · renúncias avaliadas · contratos auditados · folha/teto

Mobilidade, habitação e governança territorial para a metrópole real

O Rio precisa governar a metrópole que existe de fato: redes de transporte, moradia, centralidades, emprego e clima atravessam fronteiras municipais.

1.100 linhas

intermunicipais sob permissões precárias

Quase 50%

queda de passageiros de transporte público na região metropolitana desde 2019

Até 30%

renda familiar gasta com transporte na região metropolitana

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Sistema de transporte fragmentado, com queda de demanda, baixa confiabilidade e ticket alto
- Planejamento metropolitano dividido entre muitos órgãos e pouca autoridade real
- Habitação e mobilidade produzem espraiamento, desigualdade e baixa produtividade

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Reformar transporte com contratos por desempenho, governança e financiamento estável
- Trens como espinha dorsal da mobilidade verde e bilhete único metropolitano real
- Habitação próxima a eixos de transporte e periferia produtiva como estratégia de desenvolvimento

Fontes principais: Agenda Rio 2030/Casa Fluminense; FRIPERJ.

Mobilidade, habitação e governança territorial para a metrópole real – eixos e implementação

Eixo A: Reorganização do transporte metropolitano

Contratos, governança, infraestrutura e tarifa com metas e dados.

Eixo B: Trem como espinha dorsal

Transformar trilhos em metrô de superfície, integrando modos e reduzindo emissões.

Eixo C: Direito e acesso à cidade

Sistema Único de Mobilidade, bilhete único e tarifa social onde fizer sentido.

Eixo D: Habitação e território

Adensar nos eixos, requalificar centralidades e combater espraiamento.

Eixo E: Periferia produtiva

New Deal Verde, empregos locais, infraestrutura social e produtiva na periferia.

Eixo F: Dados e planejamento

Abrir caixa-preta metropolitana com dados de demanda, contratos e investimentos.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Bogotá e Santiago: reforma de contratos e integração de sistemas
- Maricá, Belo Horizonte e Fortaleza: subsídio/tarifa e novos arranjos de acesso
- Viena/Portugal: habitação e adensamento
- Niterói: clima e resiliência

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Instalar governança metropolitana com metas e dados
- Revisar linhas/contratos e desenhar bilhete único metropolitano
- Executar plano emergencial de corredores/BRS e requalificar terminais e hubs intermodais

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

passageiros por modo · pontualidade · tempo de viagem · integração tarifária · habitação nos eixos · emissões

Diversificar a economia e reduzir desigualdades territoriais

O Rio precisa usar seus ativos para construir novas missões econômicas: energia, saúde, mar, logística, cultura, turismo, inovação e território.

7,6%

participação da indústria de transformação no VAB fluminense (SP: 18,3%; MG: 19,2%)

88%

fatia do petróleo nacional produzida no Rio

25%

taxa de desemprego entre jovens na periferia

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Crescimento baixo e sem complexificação suficiente da estrutura produtiva
- Dependência de petróleo e desigualdade territorial, especialmente na Baixada
- Ativos científicos, logísticos, culturais e industriais pouco coordenados

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Energia como alavanca produtiva e não como muleta fiscal
- Reindustrialização inteligente, missões de futuro e desenvolvimento territorial explícito
- Conectar universidades, saúde, tecnologia, economia criativa e trabalho formal

Fontes principais: IBGE/VAB; UFRRJ; Macroplan/IETS; Firjan; FRIPERJ.

Diversificar a economia e reduzir desigualdades territoriais – eixos e implementação

Eixo A: Energia produtiva

Usar óleo, gás e transição energética para gerar cadeia produtiva e inovação.

Eixo B: Reindustrialização inteligente

Elevar a indústria de transformação, produtividade e encadeamentos.

Eixo C: Missões de futuro

Economia verde, mar, saúde, logística, turismo, cultura e tecnologia.

Eixo D: Desenvolvimento territorial

Baixada e Sul Fluminense como prioridades explícitas de projetos-âncora.

Eixo E: Inovação e conhecimento

Transformar universidades e o ecossistema científico em âncoras de produção.

Eixo F: Economia da Cultura e turismo

Marca Rio como ativo econômico com governança e qualificação.

Eixo G: Trabalho e inclusão

Formalização, qualificação, produtividade e empregabilidade territorial.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Espírito Santo: pactos sociedade-governo e gestão de longo prazo
- Singapura/Massachusetts/Barcelona: hubs de saúde e inovação
- UFRRJ/EcoTec e experiências territoriais como alavancas locais

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Definir 4-6 missões econômicas com projetos-âncora e responsáveis
- Carteira de projetos para interior e qualificação produtiva focada nas regiões mais carentes
- Implementar o Programa RJ Mais Simples (desburocratização digital)

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

VAB indústria transformação · emprego formal · renda per capita · IFDM/território · investimento privado · abertura de empresas

Reconstruir confiança com dados abertos, prevenção e controle social

Depois de sucessivos escândalos, integridade não é adorno: é condição para governar, contratar, nomear, gastar e entregar com legitimidade.

64

nota no Índice de Transparência e Governança Pública

17º

posição do RJ entre as 27 Unidades Federativas no Índice de Transparência e Governança Pública

107ª

posição do Brasil entre 180 países no Índice de Percepção da Corrupção

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Transparência incompleta, dados pouco reutilizáveis e baixa rastreabilidade de contratos
- Integridade fragmentada, reativa e sem gestão sistemática de riscos
- Nomeações, conflitos de interesse e canais de denúncia precisam de regras mais claras

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Sistema Estadual de Integridade com responsabilidades, risco, compras abertas e dados
- Participação social, transparência da folha, governo aberto e proteção ao denunciante
- Monitorar integridade como política de gestão, não apenas como controle posterior

Fontes principais: Transparência Internacional/ITGP 2025; Índice de Percepção da Corrupção (2024); CGU.

Reconstruir confiança com dados abertos, prevenção e controle social – eixos e implementação

Eixo A: Sistema Estadual de

Integridade Coordenação, responsabilidades, governança e monitoramento transversal. Chamar TCE para assumir sua responsabilidade legal.

Eixo B: Gestão de riscos

Prevenir corrupção e desperdício antes da contratação e execução.

Eixo C: Compras e contratos abertos

Transparência de todo o ciclo: planejamento, licitação, execução e aditivos.

Eixo D: Dados abertos e LAI

Bases em formato aberto, APIs, pedidos de novos dados e transparência ativa.

Eixo E: Participação social

Conselhos, controle cidadão, orçamento participativo e Semana Governo Aberto.

Eixo F: Pessoas e liderança

Nomeações técnicas, critérios, conflitos de interesse e profissionalização.

Eixo G: Agendas e captura

Monitorar agendas públicas, lobby, relacionamento privado e prevenção da captura.

Eixo H: Denúncia e corregedoria

Canal seguro, proteção ao denunciante e responsabilização tempestiva.

Eixo I: Avaliação e aprendizagem

Indicadores, auditorias, revisões e melhoria contínua das políticas de integridade. Ter a melhoria do ITG como meta de governo.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- OCDE: sistema de integridade pública e gestão de riscos
- Padrões internacionais da OCDS e nacionais da CGU para dados/contratos
- Berlim: portas abertas/governo aberto
- Espírito Santo em Ação: cobrança social

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Painel de contratos, renúncias, folha e prioridades em formato aberto
- Mapa de riscos e integridade para secretarias e contratos críticos
- Política de conflito de interesses, agendas públicas e denúncia segura

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

ITGP · contratos abertos · dados/API · denúncias tratadas · riscos mitigados · nomeações técnicas

Cultura como política de desenvolvimento, pertencimento e futuro

A cultura no Rio não é acessória: é patrimônio, identidade, economia, turismo, juventude, segurança cidadã e projeção internacional.

R\$ 41 bi

economia criativa na cidade do Rio em 2025 (PIB da Cultura no estado do RJ é 5%, na cidade do Rio é 8% e no Brasil 3%)

0,5%

fatia do orçamento estadual destinada à cultura

R\$ 103 mi

PNAB no RJ

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Baixa centralidade política e financiamento instável, fragmentado e pouco transparente
- Concentração territorial, descontinuidade de equipamentos e manutenção negligenciada
- Potencial da economia criativa e do patrimônio ainda subaproveitado

SOLUÇÃO PROPOSTA

- Cultura como prioridade estratégica com financiamento previsível e descentralizado
- Centros de referência, equipamentos com manutenção/programação e cultura nos territórios
- Economia criativa, patrimônio, juventude e dados como política de desenvolvimento

Fontes principais: MinC/PNAB; Lei Estadual de Cultura; Firjan/Prefeitura do Rio.

Cultura como política de desenvolvimento, pertencimento e futuro – eixos e implementação

Eixo A: Prioridade estratégica

Inserir cultura na agenda de desenvolvimento, segurança cidadã e juventude.

Eixo B: Financiamento estável

FEC, fomento direto, transparência, descentralização e orçamento rastreável.

Eixo C: Cultura nos territórios

Centros de referência, identidade local e fortalecimento de coletivos.

Eixo D: Economia da Cultura

Trabalho, renda, turismo, audiovisual, design, música, moda e gastronomia.

Eixo E: Patrimônio e memória

Criar um Plano Estadual de Patrimônio e Memória que articule preservação, educação e reparação histórica, priorizando territórios de memória da diáspora africana, do samba e das culturas populares.

Eixo F: Equipamentos culturais

Manutenção obrigatória, gestão, programação e governança de espaços.

Eixo G: Educação, juventude e segurança

Cultura integrada a escolas, territórios vulneráveis e prevenção social.

Eixo H: Capacidade estatal e dados

Profissionalizar gestão cultural, indicadores e observatório da economia criativa.

BENCHMARKS E REFERÊNCIAS

- Medellín/Bogotá: bibliotecas e cultura como infraestrutura social
- Reino Unido: economia criativa como estratégia econômica
- Coreia do Sul/Colômbia: política cultural, audiovisual e Economia Naranja

O QUE PRECISA ENTRAR NO 1º ANO

- Plano anual do FEC e painel de orçamento/fomento
- Pilotos de Centros de Referência Cultural nos territórios
- Mapa de equipamentos, manutenção e programação mínima

INDICADORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA PÚBLICA

orçamento/fomento · territórios atendidos · equipamentos ativos · empregos criativos · visitação/patrimônio · jovens atendidos